

DISSERTAÇÃO MODELO**Estratégias para gestão do lixo eletrônico no Brasil**

Segundo o jornal Folha de São Paulo, o Brasil é o quinto maior produtor de lixo eletrônico do mundo, gerando 2 milhões de toneladas por ano desses resíduos, dos quais apenas 3% são reciclados adequadamente. Esse cenário catastrófico evidencia uma crise ambiental e social, agravada por dois fatores estruturais: o fenômeno da obsolescência programada e a histórica negligência estatal em políticas de coleta seletiva e reciclagem.

Nesse sentido, é preciso dizer que um dos principais desafios relacionados à problemática é o modelo capitalista fundado na obsolescência programada, uma estratégia empresarial que encurta deliberadamente a vida útil de produtos, visando ao maior consumo e, conseqüentemente, ao lucro. Conforme denunciado no documentário “A história das coisas”, essa prática estimula um ciclo vicioso de consumo-descarte, inundando o mercado com dispositivos frágeis, os quais durarão pouco e não haverá peças de reposição para o conserto – celulares e notebooks bem exemplificam desse fenômeno, que alimentando montanhas de resíduos tóxicos. Constata-se outro efeito perverso: enquanto corporações lucram com novos modelos dos mesmos produtos, comunidades periféricas – como os catadores que garimpam nos lixões – sem acesso a uma gestão adequada de tais resíduos, são expostas a metais pesados, que lhes prejudicam a saúde, além do que contaminam solos e lençóis freáticos.

Extremamente ligado a essa questão, está a falta de investimento em infraestrutura de reciclagem, o que perpetua o caos. Isso porque a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) sofre com a falta de verbas e fiscalização, o que é retratado pela pesquisa da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE) de 2023, a qual revela que apenas 18% dos municípios têm coleta seletiva eficiente. Como resultado, são criados aterros ilegais, reitera-se. Assim, está provada a falta de redes integradas de gestão do e-lixo, o que, sem dúvida, tem sido esquecida pelos legisladores.

Diante desse cenário, o Ministério do Meio Ambiente deve implementar um sistema nacional de logística, por meio de recursos/taxação dos fabricantes, com vista à universalizar pontos de coleta de resíduos eletrônicos em todos os municípios, principalmente em zonas periféricas, a fim de conter o descarte incorreto de tais produtos. Simultaneamente, o Congresso Nacional precisa regular estratégias de obsolescência programada, com vista a reduzir o volume de e-lixo. Isso feito, o Brasil poderá continuar seu avanço tecnológico sem, contudo, sacrificar vidas e ecossistemas.

*Por Felipe dos Santos
Coordenador Pedagógico da Redigir*